



✦ HELENA FERREIRA

Sou uma mulher negra, tenho 60 anos, meus cabelos são crespos na altura dos ombros. Sou ex-moradora de rua e sou redutora de danos, desde 2018. Faço parte do Grupo GAM (Gestão Autônoma da Medicação), do Jornal Vozes da Rua e do Grupo Diverso, da UNIFESP, campus Baixada Santista. Faço uso da cannabis e outras substâncias e gosto de aprender e ensinar com as minhas experiências sobre redução de danos. Gosto de participar das pesquisas dos profissionais e estudantes, é uma forma de expandir meus conhecimentos.



✦ LUCIANA T.L. SILVA SURJUS

Docente e Pesquisadora do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista; Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Diverso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos; Coordenadora do Centro Regional de Formação em Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos (CRF); Vice-coordenadora do PharMacon: Observatório do uso de medicamentos, maconha e outras drogas; Vice-coordenadora do Observatório Internacional das Práticas de Gestão Autônoma da Medicação. Compõe a equipe da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas do Ministério da Saúde. Foi Diretora de Saúde do Município de Jundiá-SP, Coordenadora de Saúde Mental no Processo de Desinstitucionalização de Sorocaba-SP. Foi consultora da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. Atualmente compõe a Comissão Estadual de São Paulo e a Comissão Municipal de Santos para regulamentação do fornecimento de produtos a base de maconha no SUS, e tem se dedicado a pesquisar metodologias emancipatórias de cuidado e a regulamentação do uso não médico da maconha, com ênfase nos processos de promoção da equidade e reparação social.



✦ LORRAYNE MORAES

Moradora da Periferia bom gosto de ajudar as pessoas fazendo redução de danos foi assim que aprendi a reduzir os danos da minha vida trabalhar com redução de danos é muito importante porque com a redução de danos Conseguimos ver o que realmente está afetando aquela pessoa o que está levando ela a usar drogas assim acontecia comigo todo mundo me apontava me olhava com desprezo e com preconceitos mas aí conheci a redução pelo grupo de ver é um grupo de pesquisa extensão e é ali que se mantém até hoje forte e disposta a ajudar fora o trabalho que fazemos lá que é um campo de apoio onde podemos conversar e fazer cuidados um com os outros. Amo o que eu faço <3



✦ JULIANA VICENTE DE FREITAS

Psicóloga, redutora de danos, especialista em dependência química e mestre em Ciências da Saúde pela UNIFESP, campus Baixada Santista. Mulher cis, negra e bissexual. Foi conselheira no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo pelo CRP-SP. Foi militante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e membra do grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Diverso: Redução de Danos, Saúde Mental e Direitos Humanos, da Unifesp, campus Baixada Santista, como redutora de danos e supervisora. Pesquisadora em gênero, raça, classe e redução de danos pela perspectiva da interseccionalidade. Atualmente é especialista em direitos humanos e relações étnico-raciais no Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário



KATHARINA BASÍLIO DO ROSÁRIO
Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como extensionista no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Diverso como comunicadora, redutora de danos e atualmente no cargo de apoio a gestão. Membro do Coletivo LGBTQIA+ Brenda Lee no qual organiza e escreve postagens para o Instagram. Estagiária na equipe centro do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) na Secretaria de Saúde de Santos.

BRENDA LEE E O APAGAMENTO TRANS E TRAVESTI: o silêncio como instrumento de anulação epistêmica

✦ JULIA PEREIRA BUENO

Te convido aqui a refletir comigo sobre as provocações que me atravessam no campo do debate sobre as políticas de redução de danos e também os ruídos que os corpos trans e travestis (como o meu) provocam na sociedade, afinal esse corpo aqui que escreve, além de travesti e usuária de drogas, também é psicóloga e redutora de danos e essas coisas têm se articulado na minha vida. Serão apresentadas aqui discussões e pensamentos produzidos por pensadoras travestis, assim como pensadoras negras, para elaborar uma visão transfeminista e interseccional sobre gênero. Proponho uma reflexão crítica e situada sobre a existência dos corpos trans e travestis dentro do debate sobre redução de danos e a epidemia de HIV/AIDS.

Pensadoras feministas negras, como Lélia Gonzalez (1982) trazem nos seus estudos a compreensão de uma intersecção de uma gama de opressões, que articulam gênero, raça e classe como essenciais para a compreensão das experiências das mulheres negras. Através dessas epistemologias, trago a potência das escritas

das travestis que também são constantemente vistas e tratadas como abjetas, não por questões ligadas à raça, mas por questões que impõem sobre o corpo trans a desumanização do gênero. A escrita dessas experiências também têm desvendado e produzido potências epistemológicas de libertação.

A partir de uma epistemologia negra e trans se torna necessário dizer que essa investigação se centra na perspectiva de justiça epistêmica, pois as travestis configuram um grupo social vulnerabilizado, que foi abandonado durante a epidemia de HIV/AIDS, com o agravante do contexto da ditadura militar, e assim tiveram que desenvolver estratégias entre si para que pudessem resistir a todo momento. As próprias travestis tiveram que reduzir os riscos e os danos do que era ser uma travesti nos seus territórios. Proponho fazer uma reflexão crítica de como se deu a construção da redução de danos no Brasil, levando em consideração a existência do protagonismo das travestis e pessoas trans.

Segundo Jesus (2013), a população transgênero, (composta por travestis e pessoas transexuais) é historicamente estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente do estereótipo de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

Ainda segundo a autora, o dia a dia das pessoas trans e travesti é marcado por preconceito, a autora os separa em três eixos:

1. *Desatendimento de direitos fundamentais, como, por exemplo, as diferentes organizações que não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e o fato de não conseguirem adequar seus registros civis na Justiça.*
2. *Exclusão estrutural, que é o acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros.*
3. *Violências variadas, desde ameaça de violência física a homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia”.*

No Brasil, segundo Cavalcanti e colaboradores, os anos 1980 foram marcados pela construção da democracia. O estabelecimento da democracia envolveu a garantia de direitos fundamentais a populações excluídas e marginalizadas dentro do processo colonizatório e a composição de grandes sistemas

públicos marcam a redemocratização no país, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Concomitantemente, garantias legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marcam a sinalização da redemocratização e da “abertura” política e social. No momento em que tais composições eram planejadas e efetivadas em todo o país, o lugar das travestilidades é algo que interessa observar.

Em 1 de março de 1987, como relatado por Cavalcanti e colaboradores, a Folha de São Paulo publicou uma nota apondo a existência de uma operação da polícia planejada diretamente para travestis (Figura):



Em pleno processo de redemocratização, os discursos sobre combater a AIDS começam a legitimar uma série de violações de direitos. A mídia, principalmente, passa a acompanhar os casos e dar um foco exclusivo à comunidade LGBTQIAPN+ colocando esta população como os “principais portadores e transmissores do vírus”, invisibilizando a contaminação entre a população hetero e cisgênera (BARATA, 2006).

Nesse momento, o SUS ia se compondo como projeto de saúde pública e era convocado já em seu princípio a responder à epidemia da AIDS (CAVALCANTI, 2018). Outros setores da sociedade também foram chamados a responder, a exemplo a polícia, como aponta a matéria da Folha de São Paulo sobre a operação Tarântula. Através de um debate sobre a epidemiologia, o atual Código Penal Brasileiro (promulgado em 1940) ganha uma nova funcionalidade a partir do Artigo 130 que cita:

Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de

que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (Decreto-Lei Nº 2.848, 1940).

As travestis passaram então a ser abordadas pela polícia, só por serem travestis, e as que eram detidas durante a operação Tarântula respondiam a processos por crime de contágio venéreo (CAVALCANTI, 2018). Não à toa, a matéria da operação tarântula citava rapidamente a possibilidade de testagem compulsória das pessoas detidas para averiguação, fato que Márcio Cruz, delegado-chefe do Departamento de Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Degran) e entrevistado na matéria, negou acontecer. A naturalidade que se criou na associação de travestis à AIDS e conseqüentemente, o enquadramento no artigo 130 do Código Penal, evidencia como o imaginário dessa década foi contaminado com a ideia de uma “epidemia gay”.

BRENDA LEE E O PALÁCIO DAS PRINCESAS

Aqui te convido a mergulhar em memórias quase perdidas na história da Redução de Danos e no debate do que é hoje a política pública que é a presença da Anja da Guarda das travestis, como ficou conhecida, Brenda Lee, a travesti que revolucionou a política voltada para pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Na contramão da epidemia da AIDS e da operação Tarântula, surge uma travesti que ficou conhecida como Anja da Guarda das Travestis. Dering e colaboradores contam em seu texto “BRENDA LEE: A luta e representatividade das mulheres trans no Brasil” (DERING, 2021) que Caetana, mais conhecida como Brenda Lee, cresceu na divisa entre Ceará e Pernambuco, em uma família tradicional da zona rural. Mudou-se para o Rio de Janeiro, por volta dos 14 anos, com sua mãe e irmãos até que, na adolescência, por conta da família conservadora, foi para São Paulo viver sua vida longe da família, por causa do preconceito. Brenda Lee tentou trabalhar no mercado formal de trabalho, porém nunca conseguiu acessar oportunidades relevantes em função da transfobia, até que sua relação com a transição de gênero se tornou insustentável e, com a falta de oportunidades, foi trabalhar com a prostituição.

Como Dering e colaboradores descrevem, ainda que enfrentando a discriminação da época, Brenda Lee adquiriu comércios e veículos como patrimônio, até o momento que conseguiu abrir uma pensão para acolher travestis. Com a epidemia da

AIDS, em 1984, Brenda Lee passou a abrir sua casa para acolher travestis vítimas da AIDS; nesse momento, Brenda se colocou na linha de frente do combate à epidemia da AIDS, então nasceu o Palácio das Princesas.

Os autores citam que houve um massacre da polícia militar (Operação Tarântula) no qual cerca de 5 travestis que moravam com Brenda Lee foram alvejadas. É nesse momento que a mídia a procura e então ela sai em defesa das travestis e escancara a condição de vulnerabilidade à qual estavam sujeitas mediante a Polícia Militar, a AIDS e a falta de políticas que cuidassem dessa população.

Esse massacre atraiu a atenção da mídia para a investigação do atentado, que passou a escutar Brenda Lee, ao passo que ela se posicionou em defesa da sua comunidade. Em uma audiência de imprensa, uma jornalista perguntou para Brenda o que ela faria se aparecesse na casa dela uma travesti com a AIDS. Brenda respondeu prontamente que acolheria da mesma forma e seria tudo dividido de maneira igualitária, acrescentando um chamado, afirmando que se alguma travesti com AIDS a estivesse ouvindo, poderia procurar seu abrigo, pois seria cuidada sem discriminação alguma.

Importante lembrar que na época não havia tanta informação sobre a AIDS, era o princípio da epidemia (DERING, 2021) e mesmo com pouco ou nulo conhecimento sobre a doença, Brenda se mostrou inclusiva e aberta, ensinando que uma doença tão séria se enfrenta com o combate à discriminação e ao preconceito.

Foi nesse panorama de conflitos e convergências que uma assistente do ministério da saúde, pesquisadora da Secretaria da Saúde, que assistira à entrevista, entrou em contato com Brenda Lee, informando que no hospital Emílio Ribas, onde se cuidava de pessoas que vivem com HIV, havia uma travesti que não tinha lugar para residir, e perguntou se Brenda Lee poderia acolhê-la. Foi por meio desse pedido, prontamente atendido por Brenda Lee, que ela recebeu um convite, por parte da assistente, para um debate que estava sendo realizado no Centro de Saúde, com informações sobre como se prevenir da doença (CAMARGO, 1994).

Nesse convite para o debate, estiveram presentes grupos de representantes de diversas classes profissionais, entre elas delegados, hemofílicos, pacientes com AIDS, assistentes sociais, religiosos, dentre outros. As discussões foram bem polarizadas, segundo relatos da época, o que fez com que Brenda compreendesse e debatesse que: “[...] quando se fala de travesti, para a sociedade traduz três palavras: marginalização, periculosidade e revolta [...]” (CAMARGO, 1994), contudo, pouca compreensão e atenção. Até hoje podemos ver que essa realidade ainda se rasga

diante dos corpos trans e travestis desse país.

Brenda tomou seu lugar de fala e trouxe saberes fundamentais para orientar aos presentes a partir da vivência de uma travesti de prostituição: “Existe uma classe de nós que chamamos de travesti social, é a da prostituição, é aquela, é... que não recebe o apoio da família, do governo, da educação, do trabalho, é uma pessoa discriminada por toda a sociedade enfim”. (CAMARGO, 1994).

A fala de Brenda dialoga com a proposta e os princípios que balizam a Redução de Danos, o cuidado entre pares. Embora as pesquisas oficiais apontem que a Redução de Danos no Brasil tem suas raízes no porto de Santos, com as trocas das seringas, vemos aqui o legado que Brenda Lee deixou numa época em que se sabia pouco sobre a AIDS e muito menos sobre as travestis, tanto que as pesquisas sobre pessoas trans confundiam transexualidade com o que é a prostituição e a marginalidade. Sua história tem que ser contada como parte desse momento de estabelecimento da RD no Brasil, valorizando sua atuação como uma provedora de acolhimento e cuidado, e não como um alvo passivo de políticas públicas. Ela é um nome a ser destacado.

RD CONTEXTO

A Redução de Danos é uma estratégia de cuidado baseada nos Direitos Humanos. No campo do cuidado e atenção ao abuso de álcool e outras drogas, a Redução de Danos é um modelo que não exige abstinência para o cuidado. Apesar da Redução de Danos ter outras origens no mundo, quando falamos do Brasil, ela de fato se ampliou durante a epidemia de HIV/AIDS, no fim da década de 1980 e início de 1990, e foi implementada no SUS como prática de saúde pública.

Em 1989, no Porto de Santos, em São Paulo, é replicada uma estratégia de Redução de Danos que visava à troca de seringas para que usuários de drogas injetáveis evitassem o compartilhamento das mesmas (ELIAS, BASTOS, 2010; PASSOS, SOUZA, 2011; SANTOS, MIRANDA, 2016). Essa estratégia reduziu consideravelmente a contaminação de HIV entre usuários de drogas injetáveis e aproximou o debate de saúde e cuidado entre populações marginalizadas expostas ao vírus do HIV.

Assim a Redução de Danos, cresceu na encruzilhada do debate público sobre a redemocratização do país e dos princípios do SUS, que têm como base a universalidade do acesso aos serviços de saúde, a integralidade da assistência, a equidade, a preservação da autonomia das pessoas e o direito à informação (BRASIL, 1990).

A Redução de Danos também carrega em si os princípios

da diversidade, tolerância e o respeito à liberdade de escolha (VIANA, 2022), já que ela se encontra nessa encruzilhada/esquina onde estão as travestis, as drogas, as prostitutas, as pessoas em situação de vulnerabilidade social. É daí que ela vai beber e construir todo seu conhecimento e saber epistêmico.

A autora também cita que um dos princípios da Redução de Danos é a autonomia e o cuidado entre pares, pois compreende-se que o próprio sujeito possui as estratégias necessárias de cuidado. Isso fez com que o movimento da Redução de Danos no Brasil trouxesse as travestis que se prostituem, a população de rua, as prostitutas no geral, para a execução e reflexão do trabalho e para o debate sobre a Redução de Danos, na estratégia de colocar o usuário como protagonista, proporcionando uma virada importante nas estratégias de cuidado e construção de um Sistema Único de Saúde. E é essa virada também que quero fazer com minha escrita nesse texto e mais uma vez destaco: as travestis não foram apenas o alvo dessas políticas, elas também foram construtoras, os saberes dessas pessoas serviram de tecnologia social para a construção de ações eficazes de Redução de Danos, que se tornaram princípios e fundamentos da área.

A Redução de Danos é um instrumento que está ligado à antropologia e a retomar questionamentos centrais em torno da vida e da história dos indivíduos que fazem uso de drogas e vulneráveis a IST/AIDS. (VIANNA, 2022). Quando pensamos na população trans e travesti, essa questão se torna ainda mais central, afinal a transfobia é um agravante no ciclo de violência que pessoas trans e travestis enfrentam até mesmo dentro do cenário do uso de drogas e vulnerabilidade à prevenção de ISTs, afinal, além dessas barreiras também enfrentarão outras ligadas à transfobia.

CISLÊNCIA & TRANSEPISTEMICÍDIO

Houve um pioneirismo de Brenda Lee no enfrentamento da epidemia da AIDS bem antes das ações de troca de seringas, mas ainda assim não conhecemos ou ouvimos falar da história de Brenda Lee dentro do debate sobre o avanço ao combate da epidemia do HIV/AIDS. Geralmente a narrativa oficial é a que coloca as travestis como alvo dessas políticas, alvo da salvação pela sociedade civil. E ainda assim, em 1984, o Palácio das Princesas já era um exemplo de política de atenção e cuidado às travestis que viviam com HIV.

Oliveira vai explicitar que o silêncio é um transmissor da nossa evasão dos espaços, e que nossa expulsão se dá também pela negação da nossa existência (OLIVEIRA, 2023). Ela demonstra que não estamos citadas nas atividades educacionais,

nem nas políticas públicas, não estamos nos livros didáticos e que quando adentramos a universidade, esse silêncio sobre nossa existência segue sendo perpetuado também dentro da construção da ciência.

A presença desse silêncio é o que denuncia a anulação de nossa existência nesses espaços. Ainda segundo Oliveira, esse silêncio produzido na educação relacionado a pessoas negras e pessoas trans (sejam brancas ou negras) está ligado ao fato da criação do sujeito epistemológico: nomear a negritude e a transgeneridade de sujeitos traz a criação de um sujeito epistêmico. A autora diz que por conta da criação do sujeito epistêmico, ocorre também um assujeitamento que produz violências contra essas populações que são nomeadas, que se tornam esse sujeito epistêmico. A autora escancara a importância de se nomear a cisgeneridade e a branquitude dentro dos estudos, como forma de virar esse sujeito epistêmico, tornar aquele que é a norma analítica como também passível de análise.

A cisgeneridade pode ser resumida como a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas (SIMAKAWA, 2015). A construção do conceito de cisgeneridade é, em si, parte do exercício de nomeação que vai quebrar a cisgeneridade como a norma analítica.

Já a branquitude, segundo Schucman, é um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade não é nomeada, se manifestando através do silêncio e da negação. Inclusive, vai definir que a branquitude se manifesta nos privilégios sociais, de modo que o ponto de vista das pessoas brancas é visto como norma, aquele que é universal e por isso mais legítimo (SCHUCMAN, 2023).

Tanto Oliveira como York trazem que uma das formas de assujeitamento contra pessoas trans e travestis na ciência é o transepistemicídio, ou seja, o apagamento dos saberes e conhecimentos da população trans e travesti. As autoras colocam que as pesquisas e estudos sobre os corpos trans e travestis colocam as nossas vivências no lugar da marginalidade, dando maior enfoque à vulnerabilidade e tornando a sujeita trans destituída de voz e conhecimento (YORK, 2020; OLIVEIRA, 2023).

Somado a isso, Oliveira destaca duas formas com que o silêncio se operacionaliza, reforçando e atualizando a transfobia e o racismo. Um é o silêncio sobre a cisgeneridade e a branquitude, que atuam para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade – e de objetividade nas ciências – e a segunda é a negação da existência plena de

travestis e mulheres transexuais, que provoca a invisibilidade e a sub-representação delas no espaço acadêmico. Esses mecanismos servem para manter as pessoas trans e travestis subalternizadas como sujeitos destituídos de conhecimento e alvo da iluminação do pesquisador homem&branco&cis e de sua ciência normativa.

É importante nesse momento entender como o transepistemicídio fez com que o conhecimento que pertence às travestis e às ruas fosse alienado do seu lugar/local e do corpo que o produziu. Demétrio e Bensusan vão debater sobre direitos epistêmicos. Para os autores, o saber epistêmico é o conhecimento produzido em um determinado lugar por um determinado grupo de humanos ou não humanos, pois até mesmo os lugares e paisagens emitem seus saberes criados com o tempo. Eles afirmam ainda que o saber e o conhecimento só são possíveis em um lugar através das pessoas que vivenciam e pensam sobre a realidade que ali se constrói. Com isso eu quero dizer que o saber de Brenda Lee só foi possível de ser construído a partir de quem Brenda Lee era, travesti, prostituta e Anja da Guarda das Travestis, e também do território que habitava. Só a partir de todas as experiências que atravessaram o seu corpo foi possível se pensar e construir o Palácio das Princesas.

Quando vamos falar sobre a população trans e travesti, dificilmente as vemos no lugar de produtoras de conhecimento, isso se manifesta no fato da gente não saber nada ou quase nada sobre a história da Brenda Lee na área de Redução de Danos. Historicamente e socialmente, o corpo trans e travesti não é considerado capaz de exercício epistêmico e, segundo Demétrio e Bensusan, tampouco de se configurar enquanto uma autoridade epistêmica ou potência inteligível, afinal são percebidas como outra possibilidade de gênero que é diferente da cisheteronormatividade, daquilo que é historicamente construído como normalidade/norma. Ou seja, são vistas como sujeitos inferiores, que devem ser nomeados (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019).

Por conta de serem vistas como distanciadas do modelo binário (que é centrada na dualidade mulher-vagina e homem-pênis, conhecido pelo modelo chamado de dimorfismo sexual), essas identidades trans foram isoladas socialmente através do estigma de uma identidade sociomoral (consideradas exóticas, anormais, monstruosas), marcadas também por violências, violações e extrema vulnerabilidade social, além do silenciamento epistêmico.

O que justifica isso, segundo os autores, é a legitimidade epistêmica acerca das transidentidades e travestilidades, em especial, nos campos de conhecimentos marcados pela colonialidade do ser, do saber e do poder, a exemplo da Medicina e

do Direito, assim como da Religião, que estiveram atrelados à uma noção patopsicomoralizante sobre essas existências, que se manifestou na nomeação da transexualidade como uma doença mental até a segunda década do século 21 (BENTO; PELÚCIO, 2012), e, portanto, de subjugação e desqualificação das epistemologias trans. Os autores evidenciam que essa violência epistêmica rouba de nós, as travestis, até o conhecimento sobre nós mesmas e sobre nossos gêneros.

Demétrio e Bensusan vão dizer que há uma instrumentalização da violência epistêmica que a academia produz ao retirar essa noção do local geográfico em que o saber é produzido. Em nome de se selecionar qual epistemologia é digna na ciência, se diminuem ou se anulam outras epistemologias. Para os cientistas terem razão, Brenda Lee precisa ter seu conhecimento diminuído, sua epistemologia é inferiorizada e só será válida se um pesquisador a escrever e publicá-la, do contrário, o que Brenda Lee sabe não pode ser considerado como válido (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019)

Assim, podemos compreender outras camadas da transfo-
bia que se encontram em uma estrutura social, que se manifestam e se replicam através do silêncio e do trans epistemicídio. Falar sobre o saber das travestis e tornar Brenda Lee uma figura importante a ser nomeada no que fazemos hoje é fundamental, é uma postura ética e uma virada no olhar da forma que fazemos fundamental para a progressão e continuidade de uma política pública que nasceu das estratégias e articulações populares e só depois foram ser conhecidas nas cadeiras das universidades desse país. O Brasil é referência mundial na política de HIV/AIDS e esse saber foi possível porque corpos e saberes das travestis estiveram presentes nessa construção desde a base. Viva a memória de Brenda Lee, nossa ancestral que tornou o presente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENTO, B., PELÚCIO, L. (2012). *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Revista Estudos Feministas, 20(2), 569–581. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>
- BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. [online] Brasília (DF), 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

- CAMARGO, A. M. F. de. *História de vida: a AIDS e a sociedade contemporânea*. 1991. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/37985>
- CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G.. “Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. Psicol. cienc. prof., 2018 38(spe2), p. 175–191, 2018.
- DEMÉTRIO, F.; BENSUSAN, H. N. “O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos”. *Revista do CEAM*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 110–124, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3338716. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296>.
- DERING, R. de O.; JUBÉ, C. L.de A. D. R.; JANUÁRIO, B. S. de F. “BRENDA LEE: A luta e representatividade das mulheres trans no Brasil”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre As Américas*, 15(1), 2021, 128–142.
- ELIAS L. de A., BASTOS F. I. “Saúde pública, redução de danos e a prevenção das infecções de transmissão sexual e sanguínea: revisão dos principais conceitos e sua implementação no Brasil”. *Cienc Saude Colet*. [periódico online] 2011; [citado 15 abr. 2022]; 16(12): 4721- 30. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001300021>
- FAVERO, S. “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>.
- MERHY E.E., FEUERWERKER L.M.C. “Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea”. In: MANDARINO A.C.S., GOMBERG E. (Orgs.). *Leituras de novas tecnologias e saúde*. São Cristóvão: Editora UFS; 2009.
- OLIVEIRA, M. R. G. de. (2023). *A cobaia agora é você! Cis-generidade branca, como conceito e categoria de análise*,

nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. Caderno Espaço Feminino, 36(1), 157–178. <https://doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-9>

PASSOS E.H., SOUZA T.P. “Redução de danos e saúde pública: Construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. Psicol e Soc. [periódico online] 2011; [citado 15 abr. 2022]; 23(1): 154-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>

PETUCO, D.R. da S. “Educação popular em saúde e o cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas”. In: Instituto PAPAI, editor. Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. Série Home. Recife; 2011. p. 22-40.

SANTOS V.B., MIRANDA M. “Projetos/Programas de Redução de Danos no Brasil: Uma revisão de Literatura”. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. [periódico online] 2016; [citado 15 abr. 2022]; 5(1): 106-18. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i1.841>

SCHUCMAN, L. V.. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2012. <https://doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>. Acesso em: 2023-10-12.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B.. “Manifestações textuais (in)submissas travesti”. Revista Estudos Feministas, v. 28, n. Rev. Estud. Fem., 2020 28(3), p. e75614, 2020.



✦ JULIA BUENO

Julia Bueno (ela/dela)* é formada em psicologia pelas Faculdades Integradas de Guarulhos-SP, especialista em psicologia política pela USP, mestra em psicologia pela UFPE, doutoranda em Psicologia também na UFPE e pesquisadora no GEMA (Grupo de estudos de gênero e masculinidades). Também é redutora de danos, psicóloga clínica, poeta e escritora do livro de poesias Amor&Revolta.